

#MeToo em Portugal: uma análise temática do movimento através de artigos de opinião

#MeToo en Portugal: un análisis temático del movimiento a través de artículos de opinión

#MeToo in Portugal: a thematic analysis of the movement through opinion articles

Carla Cerqueira, Universidade Lusófona, CICANT, Porto, Portugal
(carla.cerqueira@ulusofona.pt)

Célia Taborda, Universidade Lusófona, CICANT, Porto, Portugal
(celia.taborda@ulusofona.pt)

Ana Sofia Pereira, Universidade Lusófona, CICANT, Porto, Portugal
(ana.sofia.pereira@ulusofona.pt)

RESUMO | O #MeToo é um dos movimentos feministas impulsionado pelo digital e com expressão glocal. Tornado viral através do Twitter, rapidamente ganhou visibilidade nos *media* tradicionais trazendo para a esfera pública a discussão de temas associados ao assédio e violência sexual. Tomando como ponto de partida a expressão pública nos *media* tradicionais do movimento #MeToo em Portugal entre 2017 e 2022, e com base numa metodologia qualitativa ancorada numa análise temática de 91 artigos de opinião dos jornais *Expresso* e *Público*, este artigo visa conhecer as especificidades do contexto português em torno das questões que envolvem o #MeToo e analisar as temáticas que foram evidenciadas nestes espaços. Ressalta-se o surgimento de três grandes temáticas: *Assédio e Violência Sexual*; *Questionamento da (re)vitimização e normalização*; *Ambivalência dos feminismos no movimento #MeToo*. Dos resultados, destaca-se a existência de discursos paradoxais sobre o movimento, os quais, por um lado, contribuem para a sua descredibilização, e, por outro, funcionam como motores para a consciencialização pública das questões da violência e do assédio. Concluímos que os artigos de opinião têm o poder de influência tanto na cristalização de determinadas posições, como na mudança de atitudes e comportamentos da esfera pública, sendo estes promovidos pela autoridade e legitimidade de quem faz opinião nos jornais e tem a capacidade para tematizar o espaço público.

PALAVRAS-CHAVE: #MeToo; feminismos; Portugal; *media*; opinião.

FORMA DE CITAR

Cerqueira, C., Taborda, C., & Pereira, A.S. (2023) #MeToo em Portugal: uma análise temática do movimento através de artigos de opinião. *Cuadernos.info*, (55), 1-21. <https://doi.org/10.7764/cdi.55.57013>

ABSTRACT | *#MeToo is one of the feminist movements driven by the digital and with glocal expression. Turned viral through Twitter, it quickly gained visibility in traditional media, bringing to the public sphere the discussion of topics related to sexual harassment and violence. Using the public expression of the #MeToo movement in the Portuguese traditional media between 2017 and 2022, and based on a qualitative methodology anchored in a thematic analysis of 91 opinion articles of the newspapers Expresso and Público, this paper aims to comprehend the particularities of the Portuguese context around #MeToo issues and analyze the themes that were highlighted in these spaces. Three major themes arise: Sexual Harassment and Violence; Questioning (re)victimization and normalization; Ambivalence of feminisms in the #MeToo movement. From our findings, the emergence of contradictory discourses about the movement that served to both discredit it and raise public awareness of the problems of sexual harassment and violence stands out. In conclusion, opinion articles have the power to both influence the crystallization of specific positions and the change of attitudes and behaviors in the public sphere due to the authority and legitimacy of those who write opinion pieces in the newspapers and have the ability to thematize the public sphere.*

KEYWORDS: *#MeToo; feminisms; Portugal; media; opinion.*

RESUMEN | *#MeToo es un movimiento feminista originado en la red de carácter glocal. Viralizado por Twitter, rápidamente ganó visibilidad en los medios de comunicación tradicionales, llevando a la esfera pública el debate sobre cuestiones relacionadas con el acoso y la violencia sexual. Tomando como punto de partida la presencia del movimiento #MeToo en los medios de comunicación en Portugal entre 2017 y 2022, y a partir de una metodología cualitativa centrada en un análisis temático de 91 artículos de opinión de los periódicos Expresso y Público, este artículo busca conocer las especificidades del contexto portugués en torno a las cuestiones que rodean al #MeToo y analizar los temas que se destacaron en estos espacios. Se remarca la existencia de tres temas principales: Acoso y Violencia Sexual; Cuestionamiento, (re) victimización y normalización de la violencia sexual; Posturas contradictorias ante el movimiento #MeToo. Los resultados muestran la existencia de discursos paradójicos en relación con el movimiento que contribuyen, por un lado, a su descrédito, pero, por otro, actúan como motores de la concientización pública en torno a la violencia y el acoso. Concluimos que los artículos de opinión tienen el poder de influir tanto en la cristalización de determinadas posiciones como en el cambio de actitudes y comportamientos en la esfera pública, siendo estos promovidos por la autoridad y la legitimidad de quienes opinan en los periódicos y tienen la capacidad de influir en la opinión pública.*

PALABRAS CLAVE: *#MeToo; feminismos; Portugal; media; opinión.*

INTRODUÇÃO

O #MeToo é um dos movimentos de ativismo feminista digital mais mediáticos dos últimos anos (Fileborn & Loney-Howes, 2019; Loney-Howes et al., 2021; Mendes et al., 2018). Foi criado em 2006 pela ativista afro-americana Tarana Burke, mas foi em 2017, através da publicação no Twitter da atriz Alyssa Milano, que se tornou viral e em feminismo *hashtag* (Clark-Parsons, 2021).

A disseminação do movimento #MeToo pelos *media* tradicionais (De Benedictis et al., 2019; Nilsson & Lundgren, 2020; Starkey et al., 2019) catapultou-o para lá das redes sociais, dando-lhe uma dimensão global, o que contribuiu não só para o quebrar de silenciamentos culturalmente impostos, mas também para influenciar a forma como as temáticas relativas à violência e ao assédio sexual foram compreendidas e recebidas publicamente, questões que têm sido alvo de estudo em diversos países (Askanius & Hartley, 2019; De Benedictis et al., 2019; Evans, 2018; Lindqvist & Ganetz, 2020; Nilsson & Lundgren, 2020; Seear & Fraser, 2022; Starkey et al., 2019). Porém, em Portugal, um país de costumes conservadores e com uma história de feminismos ainda pouco estudada (Tavares, 2011), o movimento pareceu ter pouca expressão (Garraio et al., 2020) e esparsa mediatização. Adicionalmente, o número de publicações académicas sobre o tema tem sido reduzido (Prata, 2021) uma vez que o foco tem estado na cobertura jornalística, mas não especificamente na análise (nacional e internacional) dos espaços de opinião.

Partindo da expressão do movimento #MeToo em Portugal através de uma lógica de conhecimento situado (Haraway, 1991), este artigo pretende analisar: quais as principais temáticas abordadas nos espaços de opinião da imprensa portuguesa? Como se posicionou quem faz opinião face às agendas que o movimento trouxe para o espaço público? Com base numa metodologia qualitativa, ancorada numa análise temática (Braun & Clarke, 2006) de artigos de opinião de dois jornais de abrangência nacional (o semanário *Expresso* e o diário *Público*) entre outubro de 2017 e junho de 2022, visamos perceber os espaços de opinião presentes nos *media* tradicionais e como podem contribuir para influenciar a mudança de atitudes e comportamentos da esfera pública dada a autoridade e legitimidade dos seus autores e autoras para tematizar o espaço público (Melo, 1985).

REVISÃO DA LITERATURA

Feminismos e movimento #MeToo

O feminismo é um conceito plural que permite “uma série de possíveis relações entre crença e acção, uma série de possíveis denotações de ideologia ou movimento” (Cott, 1987, p. 4), e pode ser entendido como um movimento social, uma teoria ou uma filosofia, que foi historicamente construído em nome de princípios específicos: “igualdade, equidade, direitos, liberdade, autonomia, dignidade, auto-realização, reconhecimento, respeito, justiça, liberdade” (Dietz, 2003, p. 399).

Assim sendo, o feminismo não é um termo simplista nem de definição consensual pelas várias realidades que engloba e por permanecer em evolução (Tavares, 2011). Para Cott (1987) é um conceito abrangente que envolve manifestações do pensamento e da ação das mulheres, enquanto para Offen é “um projecto político que desafia a dominação masculina e a subordinação feminina e que insiste em restabelecer um equilíbrio de poder entre os sexos” (2008, p. 36). Como movimento social, no ocidente, o feminismo está associado à ação coletiva desde a sua emergência (na designada primeira vaga), até à atualidade (Cerqueira & Silva, 2022). Há autoras que referem que o movimento estará já na quarta vaga (Chamberlain, 2017; Munro, 2013), cujos pontos distintivos relativamente às anteriores são: “cultura de violação, feminismo online, humor, interseccionalidade e inclusão”, a par da tecnologia associada à “call-out culture” (Munro, 2013), pontos estes identificáveis em movimentos do século XXI, como é o caso do movimento #MeToo (Soucie et al., 2018).

O movimento feminista sempre contou com forte militância ativista (Cerqueira & Silva, 2022), tendo hoje como seu aliado o ativismo digital. A Internet trouxe meios tecnológicos que permitem informar e comunicar de forma célere, autónoma e síncrona, resultando daqui um destaque e difusão dos movimentos, como se verificou no #MeToo. Segundo Hillstrom (2019), este movimento diferencia-se dos precedentes pelo ativismo digital e pela amplitude e impacto que adquiriu em virtude do uso das redes sociais. Desde que Alyssa Milano popularizou a *hashtag* no Twitter, as plataformas *online* foram usadas para partilhar informação, organizar ações de protestos, debater ideias feministas e propagar mensagens políticas. O feminismo *hashtag* tornou-se uma componente central do repertório dos *media* feministas e uma performance contenciosa na qual ativistas tornam o que é pessoal em político através da visibilidade (Clark-Parsons, 2021, p. 362).

Foi através da Internet que o movimento se espalhou, ficando em alguns países, como é o caso de Portugal, a sua ação quase que restrita ao ativismo digital (Prata, 2021). No entanto, tal como tem acontecido com os vários movimentos feministas, há discursos ambivalentes que surgem em múltiplas esferas. No caso dos *media* tradicionais, estes podem tentar credibilizar as causas e ideais que são defendidas, mas, maioritariamente, têm contribuído para a não legitimação dos movimentos, discussão pública e mobilização social (Cerqueira, 2015).

A expressão digital do #MeToo, acontecimento decisivo nas ações feministas *online* e *offline* (van Bauwel & Krijnen, 2021), cativou o interesse dos *media* tradicionais por todo o mundo, contribuindo quer para a propagação global do movimento, quer para a promoção de mudanças na forma como o assédio e a violência sexual passaram a ser reportados pós #MeToo (Baker & Manchanda Rodrigues, 2022). Nesse sentido, diversos estudos têm explorado a cobertura

que os *media* tradicionais fizeram do #MeToo em vários países (De Benedictis et al., 2019; Nilsson & Lundgren, 2020; Starkey et al., 2019), se bem que poucos se tenham dedicado especificamente à análise de artigos de opinião, seu papel e importância em questões relacionadas com assédio e violência sexual (Magalhães, 2021; Rodríguez & Pérez Tirado, 2020; Silveirinha et al., 2020).

Os *media* tradicionais e a opinião na imprensa

Os *media* tradicionais assumem um papel preponderante na influência da percepção pública sobre determinadas temáticas, nomeadamente no que concerne ao crime e violência, contribuindo para a formação ou cristalização de determinadas atitudes, crenças e comportamentos da população em geral (Sutherland et al., 2015). Nos casos de violência sexual os *media* tradicionais (Baker & Manchanda Rodrigues, 2022) são, assim, frequentemente, responsáveis por exteriorizar e perpetuar a violência simbólica em relação às mulheres vítimas de assédio, violência sexual e de género, contribuindo para naturalizar as múltiplas formas de violência, nomeadamente a cultura da violação. Segundo Fileborn e Loney-Howes (2019), este termo é altamente contestado, estando a ele associados vários mitos. Os mitos de violação, crenças e preconceitos relativos ao assédio e à violência sexual que contribuem para desculpar diferentes formas de agressão sexual e seus perpetradores, promovem hostilidade contra as vítimas (Burt, 1980; Santos et al., 2022) e propagam o mito das falsas denúncias. Os *media* tradicionais assumem um papel preponderante na reprodução destes mitos, desempenhando ainda uma função de vitimização secundária, ou revitimização, através da chamada violência mediática. Esta “agrave diretamente as mulheres, reforçando estereótipos de género, de raça e classe, por meio de veículos de comunicação e seu poder de construção da opinião pública” (Alczuk et al., 2022, p. 205). A violência ou revitimização mediática, que se insere no meio institucional, diz respeito a práticas dos *media* que apresentam as vítimas como culpadas da sua violência (Berns, 2017; Lloyd & Ramon, 2017; Romito, 2008; Royal, 2019), descredibilizando-as, julgando-as, racionalizando a conduta violenta e naturalizando-a, tornando-as vítimas novamente.

No caso do #MeToo, a visibilidade do movimento, o aumento de informação e de dados a analisar provindos de redes sociais, as *fake news* e falsas alegações, vieram pressionar os *media* tradicionais e os conteúdos produzidos (van Bauwel & Krijnen, 2021), com os artigos escritos sobre violência e assédio sexual a conduzirem ao questionamento de quais são as vozes que são ouvidas nos *media* tradicionais. Baker e Manchanda Rodrigues (2022), na era pós #MeToo, refletem sobre a possibilidade de o jornalismo funcionar como um agente promotor de mudança social, através de uma prática jornalística construtiva (jornalismo construtivo) e interseccional que potencia o empoderamento social.

Tabada (2022), porém, reforça a importância de pensar na interação *media* tradicionais - mudanças culturais e sociais como um fenómeno complexo em que discursos dominantes e contra-discursos emergem. Segundo a autora, os espaços de opinião são justamente locais que não só refletem a cultura dominante jornalística, mas também incluem vozes emergentes e opositoras, particularmente de mulheres (recorrentemente relegadas para as periferias da comunicação).

Neste sentido, importa analisar os *media* tradicionais na vertente informativa e opinativa (Pineda et al., 2020; Rodríguez & Pérez Tirado, 2020; Tabada, 2022), uma vez que em democracia os espaços de opinião têm a função de informar quem governa sobre o que pensam os/as governados/as, permitir a contestação, possibilitar a adoção de grandes opiniões, fomentar a participação e propiciar consenso (Gomis, 1991). Além disso, possibilitam um reforço da democratização, através de múltiplas vozes e perspectivas que possam garantir um pluralismo de opiniões no espaço público. Este é um aspeto que se tem revelado crítico pois, na maioria dos casos, quem faz opinião nos *media* possui uma legitimidade e estatuto associado, ou seja, é uma elite de personalidades com capital social simbólico e notoriedade pública (Figueiras, 2005).

O jornalismo de opinião (que se insere no género opinativo e onde se incluem editoriais, comentários, colunas críticas e artigos) revela-se como um fórum de estudo pertinente, já que, na sua escrita, apresenta juízos de valor dos seus autores e autoras que visam, de alguma forma, moldar e persuadir a opinião pública (Armañanzas & Noci, 1996; Vargas, 1999). Adicionalmente, o jornalismo de opinião, podendo promover debate público em torno de matérias socialmente pertinentes, não deixa de refletir o contexto social e político em que a narrativa é produzida, reproduzindo, de alguma forma, o discurso dominante (Wahl-jorgensen, 2004).

#MeToo – Especificidades do contexto português

A esparsa literatura nacional relativamente ao #MeToo em Portugal (Almeida, 2019; Garraio et al., 2020; Luppi, 2021; Magalhães, 2021; Prata, 2021; Silveirinha et al., 2020) é unânime em referir a fraca adesão ao movimento no país, a reduzida expressão em termos de denúncias nacionais, e a forma como o movimento foi visto, maioritariamente, como um fenómeno americano.

O feminismo português tem características específicas relacionadas com a própria história de um país conservador, de forte tradição religiosa, advindo de longos anos de ditadura que influenciam as relações sociais até ao presente, nomeadamente a falta de voz das mulheres no espaço público, marcada por idiosincrasias culturais. Logo, o movimento feminista afirmou-se mais tardiamente, com fragilidades e silêncios, previamente mencionados, que tentou ultrapassar (Tavares, 2011) após a implementação da democracia, em 1974. Atualmente, os feminismos em Portugal,

apesar de plurais e diversos, ainda se ressentem das circunstâncias históricas da descontinuidade do movimento entre a I República e a ditadura salazarista (Tavares, 2011). Assim, embora acompanhem os feminismos globais, ainda há pouca utilização do feminismo *hashtag* e de mobilização em rede, quer pela resistência em personalizar o ativismo e falar publicamente sobre causas na sua própria voz, quer pela cultura de silêncio perpetuada pela história nacional dos feminismos (Sweeny, 2020), fatores que terão contribuído para a fraca adesão ao movimento. O #MeToo ganha maior expressão e visibilidade na esfera pública portuguesa, mormente no espaço mediático, em 2018, com um evento em particular: a acusação de violação contra Cristiano Ronaldo (um célebre futebolista português) por Kathryn Mayorga (Almeida, 2019; Garraio et al., 2020; Prata, 2021; Silveirinha et al., 2020). Prata (2021) identifica ainda, no mesmo ano, o caso da sentença de tribunal relativo a uma violação em Gaia¹, enquanto Almeida (2019) ainda acrescenta três outros casos de violação. Estes acontecimentos interligam-se ao responsabilizarem a vítima da violência sofrida, em termos institucionais e públicos, como se verifica no caso Mayorga *versus* Ronaldo.

Segundo Garraio e colegas (2020) e Silveirinha e colaboradoras (2020), genericamente os *media* apoiaram Cristiano Ronaldo (o alegado agressor), assumindo uma narrativa de homens bem parecidos não precisam de violar, de imunidade e de devemos confiar no herói nacional, ideia sustentada por líderes políticos portugueses. Este caso, o mais mediatizado em contexto português, contribuiu para que o #MeToo fosse reconhecido na esfera pública como um movimento propenso a disseminar acusações infundadas e não verificadas, contraproducente no combate a violações “reais” (Garraio et al., 2020, p. 4). Talvez por isto o movimento tenha levado a pouca ou nenhuma mobilização e/ou ação coletiva (Prata, 2021).

O #MeToo deixou a sua marca em Portugal. Por um lado, a cobertura mediática relativa a temáticas relacionadas ao assédio e violência sexual, e, em contexto nacional, à violência doméstica, promoveu o questionamento de estruturas sociais, políticas e de poder, bem como da legislação (Almeida, 2019). Por outro lado, Prata (2021) refere que o movimento #MeToo gerou uma primavera feminista. Ao trazer maior visibilidade para temáticas ligadas ao assédio e violência sexual, o #MeToo permitiu que os movimentos feministas portugueses se revitalizassem, tornando-se mais inclusivos e interseccionais. Se é certo que estas mudanças não terão sido potenciadas exclusivamente pelo movimento #MeToo, este terá

1. O caso diz respeito à violação em novembro de 2016 de uma mulher de 26 anos numa discoteca em Vila Nova de Gaia por dois homens. Os factos foram dados como provados pela justiça, mas a sentença decretou que os criminosos ficassem em liberdade com pena suspensa.

acelerado as mesmas. Finalmente, em 2021, e fruto de uma acusação da atriz Sofia Arruda, o #MeToo volta a ter destaque nos *media* tradicionais do país, trazendo de volta para a esfera pública a discussão de temas agora associados ao assédio laboral (incluindo escolas e universidades), violência sexual, de género e doméstica.

O #MeToo saltou para o espaço público mediático nacional em diversos momentos (2018 com o caso Mayorga *versus* Ronaldo e 2021 com a denúncia de celebridades portuguesas), congregando a sociedade portuguesa a um posicionamento a favor ou contra o movimento, tendo muitas vezes expressões ambivalentes relativamente às causas e ações defendidas.

METODOLOGIA

Este artigo visa analisar quais são as principais temáticas abordadas nos espaços de opinião da imprensa portuguesa associadas ao #MeToo e a forma como quem faz opinião se posicionou face às agendas que o movimento trouxe para o contexto português. Neste sentido, foram selecionados dois jornais de informação generalista que se regem pelos princípios de liberdade de expressão, rigor, diversidade temática, e que têm abrangência nacional nas suas versões digitais – *Público*² e *Expresso*³. Foram analisados os artigos de opinião entre outubro de 2017 e junho de 2022, desde a altura em que se verificou a denúncia de Alyssa Milano até à atualidade, nos jornais digitais de maior circulação paga em Portugal, segundo a Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT)⁴.

Na pesquisa pela palavra-chave "MeToo" nos dois jornais encontraram-se 91 artigos de opinião (crónicas, artigos de opinião, comentários, cartas abertas, ensaios, notas de opinião e editoriais).

Os artigos de opinião recolhidos foram submetidos a uma análise temática (Braun & Clarke, 2006), a qual permite identificar, analisar, e relatar padrões (temas). Esta abordagem de índole qualitativa é útil para compreender os significados explícitos e implícitos presentes nos artigos de opinião (Guest et al., 2012). A análise temática propõe seis fases distintas: (i) familiarização com os dados; (ii) codificação inicial dos dados, identificando o conteúdo semântico ou

2. Jornal diário informativo que aborda temáticas diversificadas e aposta no rigor e na qualidade, recusando o sensacionalismo (cf. Estatuto Editorial em *website* próprio).

3. Jornal semanário que recusa qualquer tipo de censura (legislativa, administrativa, política, económica e/ou cultural) e se rege pelos princípios da liberdade de expressão e informação (cf. Estatuto Editorial em *website* próprio).

4. Dados utilizados no *Anuário da Comunicação da Obercom*.

latente; (iii) agrupamento dos códigos iniciais em potenciais temas; (iv) revisão dos temas que possibilite a criação de um mapa de análise; (v) definição e nomeação dos temas; (vi) produção da análise, através da seleção de exemplos dos dados, relacionados com a investigação e com a literatura que serve de base ao estudo. Neste caso concreto, foi utilizada uma análise mista, que se iniciou com uma abordagem dedutiva, a partir da literatura sobre o movimento #MeToo e a sua cobertura mediática, e que se articulou com uma vertente indutiva, através do surgimento de novos temas decorrentes da análise dos artigos de opinião.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos 91 artigos de opinião analisados através da palavra de pesquisa "MeToo" foram identificadas três temáticas centrais (verificar tabela 1): assédio e violência sexual, tema mais repetido, encontrado em 66 publicações, escritas por 38 autores/as distintos (dois artigos escritos em parceria no *Público*); questionamento da (re) vitimização e normalização, encontrado em 43 artigos escritos por 29 autores/as distintos (dois em parceria no *Público*); ambivalências dos feminismos no movimento #MeToo, encontrado em 57 publicações escritas por 24 autores/as distintos (um em parceria num artigo para o *Público*). Mais se destaca que 55 dos 91 artigos do *corpus* (60%) contribuem para mais do que um dos temas centrais, sendo variável a relevância de cada um dos temas em cada artigo.

	Assédio e violência sexual	Questionamento da (re)vitimização e normalização	Ambivalências dos feminismos no movimento #MeToo	Total de artigos
Homens	40	24	40	60
Mulheres	25	19	16	30
Sem identificação	1	-	1	1

Tabela 1. Número de artigos escritos em cada temática central por género de autoria

Fonte: Elaboração própria.

Assédio e violência sexual

Um dos temas encontrados na análise dos artigos de opinião dos dois jornais é: assédio e violência sexual. O movimento #MeToo, ao ter estas questões como essenciais na sua agenda, trouxe para o espaço público e mediático português assuntos até então pouco discutidos. E este movimento, ao dar voz às vítimas, criou uma “comunidade de sobreviventes” (Hillstrom, 2019) que visa uma mudança social para acabar com o assédio e a violência sexual.

O assédio, ao mover-se “nos interstícios da incivilidade e da injúria, da sedução romântica e do ofensivo e, portanto, fora das balizas da (i)legalidade”

(Oliveira, 2022, p. 28) era um crime oculto, que não tinha nome, como referiu a Comissária Europeia Anna Diamantopoulou, porque estava ausente das leis nacionais (Zippel, 2006). Justamente, foram os feminismos, sobretudo o radical, que pugnaram pela sua penalização. Em países de matriz cultural conservadora, a problemática do assédio era vista segundo as normas, valores e comportamentos patriarcais, que confundia assédio com sedução. Em Portugal, a penalização do assédio é recente, aparece timidamente no artigo 24º do Código do Trabalho de 2003 e, na sua vertente moral, só aparece em 2009, no artigo 29º do Código do Trabalho, na sequência de diretivas europeias. Contudo, o país foi pioneiro em implementar medidas para resolver o problema, sendo dos primeiros signatários da convenção de Istambul⁵, em 2013 (Torres et al., 2016). Se, por um lado, a legislação procurou responder a este problema social, por outro, é mais difícil mudar comportamentos culturalmente enraizados, como nos provam os artigos de opinião analisados.

Segundo opiniões expressas nos jornais citados, o assédio, “humilhante”, “inaceitável” e “repugnante”, como refere Cosme Pinto no *Expresso*, é:

Um momento que para muita gente até pode parecer insignificante, mas que é altamente revelador da normalidade instituída quando falamos de fronteiras entre sedução e assédio. [...] E de como o corpo feminino continua a ser desumanizado, em jeito de objeto do qual se pode simplesmente usufruir sem autorização (2019).

O movimento #MeToo ao dar visibilidade às vítimas facilitou que muitas denunciasses casos de abuso em vários setores da sociedade, nomeadamente nas universidades. Escreve Gouveia no *Público*:

[O] assédio resulta de sistemas de oportunidade e de acesso fundados numa cultura de medo, de ataque à autoestima da vítima e do seu reconhecimento de impossibilidades de prossecução de caminhos de carreira livres, dignificantes e gratificantes. [...] Sim, denunciem-se os casos que o movimento Me too tem contribuído para publicitar, que são sobretudo casos de assédio sexual da mulher por parte do homem e, na universidade, fundamentalmente de professores sobre alunas (e não só) (2022).

Sendo ‘Assédio’ uma das palavras que mais aparece repetida relacionada com o movimento #MeToo nos artigos de opinião dos jornais em análise, e que decorre precisamente da agenda do próprio movimento, como explicitado na revisão da literatura, os posicionamentos nem sempre são favoráveis à forma de ação do

5. Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica.

movimento. Há opiniões, como a de Pacheco Pereira no *Público*, que consideram que o #MeToo pode criar fraturas sociais:

Hoje, movimentos como o #MeToo e outras variantes mais ou menos radicalizadas, mais ou menos feministas, não são uma resposta, são uma parte do problema [...]. Este processo gera um efeito de trivialização do abuso, que o torna na acusação mais comum para destruir vidas e carreiras (2019).

O movimento #MeToo atraiu os *media* tradicionais para o tema do assédio, que, sendo complexo e sujeito a muitas interpretações (Fileborn & Loney-Howes, 2019), pouco se discutia publicamente. A partir de 2018, em Portugal, surgiram notícias de assédio a figuras públicas (atrizes, apresentadoras, jornalistas), assédio nas universidades (vítimas estudantes), comentaram-se decisões de juízes relativamente a sentenças relacionadas com assédio (que desvalorizaram as vítimas, apoiando os agressores) e escreveram-se artigos de opinião que, ao glosar sobre as temáticas, ampliaram-nas, podendo contribuir para formar consciências, ora perpetuando estruturas culturais, ora abrindo caminho para a mudança social.

Questionamento da (re)vitimização e normalização

Outro tema identificado na análise dos artigos de opinião, e que se encontra na linha de estudos previamente realizados (Fileborn & Loney-Howes, 2019; Royal, 2019; Santos et al., 2022), é: questionamento da (re)vitimização e normalização. Se por um lado o #MeToo como feminismo *hashtag* contribuiu para que as sobreviventes de assédio e violência sexual se sentissem ouvidas e compreendidas, tendo espoletado solidariedade e consciencialização feminista (Mendes et al., 2018), por outro, a perceção das denúncias por parte da esfera pública nem sempre foi positiva, reforçando preconceitos culturais que sistemicamente culpabilizam as vítimas (Loney-Howes, 2019), responsabilizando-as por serem cúmplices da sua vitimização (Royal, 2019). Os *media* tradicionais, que têm um forte poder simbólico de construção de uma memória e imaginário coletivos (Kligler-Vilenchik et al., 2014), cumprem um papel preponderante na criação do pensamento, na forma como compreendemos e vemos o mundo (Berns, 2017; Meyers, 1996; Lloyd & Ramon, 2017; Kitzinger, 2000). Simultaneamente, exteriorizam modelos de pensamento vigentes, bem como a violência simbólica (Bourdieu, 2001).

Em Portugal, país em que o machismo está enraizado, bem como o preconceito contra as vítimas e a normalização do assédio, a resposta ao #MeToo e suas vítimas foi pouco favorável (Prata, 2021). Nesse sentido, os espaços de opinião na imprensa analisada questionaram essa revitimização das mulheres que denunciaram e com isso contribuíram para credibilizar as suas narrativas. Tender diz no *Público*:

A mulher mentirosa é um mito medieval que tem de ser destruído. Com taxas ridiculamente baixas como 0,2% podemos e devemos afirmar que as vítimas de crimes sexuais não mentem. [...] Mas a presunção da mentira é sempre das vítimas. [...] São as vítimas que são difamadas, insultadas, humilhadas, revitimizadas e acusadas de estarem a mentir (2018).

A injustiça epistémica (Alcoff, 2018) e revitimização das sobreviventes que denunciaram agressores fez-se sentir em Portugal quer em casos específicos (Mayorga versus Ronaldo; Sofia Arruda; Joana Emídio Marques), quer de uma forma global. Quanto a um dos casos mais mediatizados em Portugal, o de Mayorga versus Ronaldo, os artigos de opinião procuram mostrar como existiu um apoio ao jogador através da construção de uma narrativa de imunidade. Já as intenções de Mayorga, o seu passado e o seu testemunho foram questionados, sendo as suas alegações consideradas como mero produto do #MeToo (Garraio et al., 2020). Mayorga (e como consequência o #MeToo em Portugal) foi desacreditada, tal como outras vítimas que vieram a público para denunciar os seus agressores em contexto nacional (Sofia Arruda e Joana Emídio Marques). No *Público*, Bizarro escreve:

[É] a mesma opinião pública que critica Sofia Arruda por, na sua entrevista ao Alta Definição, não nomear o alegado agressor. E a mesma opinião pública que criticou Joana Emídio Marques quando nomeou o alegado agressor. A mesma opinião pública que se desdobra em comentários como “agora é que se vem queixar”, “devia ter ido à polícia”, entre outros em que o foco é sempre desvalorizar a acusação (2021).

A revitimização das sobreviventes – pela violência da denúncia e/ou pelo julgamento na esfera pública – faz com que outras sobreviventes tenham receio de denunciar. No *Expresso*, segundo Cosme Pinto:

Vivemos num mundo que ainda nos ensina desde miúdas que não nos devemos “pôr a jeito” e que isto são apenas as regras do jogo [...] [M]ulheres e meninas que sentem vergonha do que lhes aconteceu, que estão formatadas para se culpabilizarem pelo sucedido e que não só sentem medo de não serem levadas a sério, como pior, sabem de antemão que há uma forte probabilidade de serem ainda maltratadas pelo caminho, facilmente optarão pelo silêncio (2021).

O movimento #MeToo contribuiu para que, nos *media* tradicionais portuguesas, se discutisse políticas de silenciamento e (re)vitimização de quem denuncia como forma de manter o *status quo* da sociedade patriarcal, como violência simbólica. As opiniões encontradas, porém, são ambivalentes, criticando a culpabilização e descredibilização das vítimas, e pedindo-lhes ao mesmo tempo que falem,

que se exponham, que divulguem nomes, que denunciem como grupo e não a título individual.

Ambivalência dos feminismos no movimento #MeToo

O terceiro tema encontrado na análise dos artigos de opinião dos dois jornais é: ambivalências dos feminismos no movimento #MeToo. Este apareceu e cresceu globalmente de forma célere, agitando a sociedade. Alguns acusaram-no de ter ido longe de mais, destruindo vidas e causando inquietude nas relações entre homens e mulheres (Chattopadhyay, 2018; Kipnis, 2018). Outros, perguntaram-se se foi suficientemente longe (Banet-Weiser, 2018) e se o seu ativismo *hashtag* trouxe alguma mudança ou apenas espetacularidade mediática.

A violência sexual é um produto da subordinação social, cultural e jurídica das mulheres ao longo do tempo, que só pode ser mudada através de reformas institucionais (Loney-Howes, 2019) e mudanças culturais. O que alguns estudos questionam é se o ativismo do #MeToo, ao centrar a atenção pública nos indivíduos, não retira a força política das causas que defende (Loney-Howes, 2019), podendo mesmo dar argumentos para ofensivas antifeministas.

O feminismo sempre foi alvo de críticas e ataques e a expansão e visibilidade deste movimento coloca sobre ele e o próprio feminismo o foco mediático. Os artigos de opinião analisados realçam esta polarização social em torno do movimento e dos feminismos. Apresentam uma crítica à forma como estes agem, de modo parcial e de acordo com os seus interesses.

Esse comportamento ambivalente dos feminismos é visível nas causas públicas que defendem ou ignoram, como menciona Raposo no *Expresso*:

Na época do MeToo e da necessária revisão dos códigos entre homem e mulher, a condição feminina em comunidades não brancas é esquecida ou secundarizada. O feminismo fica à porta dos bairros negros e castanhos, porque o politicamente correto, que é relativista, tem prioridade sobre o feminismo, que é universalista (2021).

Atendendo à mediatização do caso Ronaldo *versus* Mayorga, o #MeToo em Portugal teve, assim, curiosas (e sintomáticas) reações, de acordo com Marques (2021) no *Público*. Por um lado, a denúncia dos ataques que estavam a ser feitos às vítimas e ao próprio movimento:

De segurar o reduto de privilégio masculino milenar: condicionar e chantagear a vida das mulheres usando o sexo. E, claro, recorriam à suprema hipocrisia: vociferavam “o Me Too é justiça popular, uma caça às bruxas”. Casos de assédio, se reais (acaso improvável, garantiam), deviam ser tratados nos tribunais (Marques, 2021).

Por outro lado, discursos que falam do feminismo do movimento #MeToo de forma cáustica, como sendo uma luta de sexos. Um exemplo é a conversa entre Teresa Rita Lopes e Raquel Varela, no *Público*, de 9 de outubro de 2018. Disse Lopes:

A que é que conduz o feminismo desenfreado? A criar fronteiras de suspeição entre homens e mulheres – e uma atitude de permanente e desconfiada defesa deles em relação a elas. [...] Todo o clima de denúncia é mórbido: criar tribunais onde as mulheres vão denunciar os homens que as pseudoviolaram sem provas faz delas criaturas tão odiosas como as que, em tempos de Inquisição, denunciavam os vizinhos judeus com quem tinham algum contencioso (Varela & Lopes, 2018).

E Varela:

De fugir este feminismo! [...] #MeToo é o puritanismo norte-americano com glamour de Hollywood. [...] A Rita viveu em 68 outro feminismo, libertador... Este feminismo chegou-nos da derrota do Maio de 68 e das esperanças revolucionárias, e elas pensam que chegou da sua vitória... [...] O MeToo, embora pareça de esquerda, porque é “amigo das vítimas”, trata-se de uma reacção mundial conservadora em curso em vários países que defende que em nome da segurança deve-se diminuir a liberdade, ou suprimi-la em parte. É um movimento conservador contra as Luzes (Varela & Lopes, 2018).

O feminismo do movimento #MeToo já não é o das três vagas anteriores nos artigos de opinião analisados e também na investigação académica (Clark-Parsons, 2021), usa a *hashtag* para ter visibilidade e como tática de protesto, reconfigurando como públicos problemas considerados privados. Contudo, continua a ser alvo das mesmas críticas do passado, pois permanece elitista e pouco interseccional (Royal, 2019), o que perpetua as vulnerabilidades dos feminismos.

CONCLUSÕES

Passaram cinco anos desde que se revelou o caso de Harvey Weinstein e, durante este tempo, as questões do assédio e da violência sexual têm sido discutidas nos *media* tradicionais. Em Portugal, o #MeToo ganhou projeção a partir do caso Mayorga versus Ronaldo em 2018 e, novamente, em 2021, quando algumas figuras públicas contaram as suas histórias de assédio. Não obstante, os artigos de opinião analisados evidenciam a ambivalência em relação aos feminismos que se revela por um posicionamento favorável, desfavorável ou mesmo paradoxal relativamente às agendas e ação do #MeToo. O assédio e a violência sexual aparecem mediatizados quer numa lógica de questionamento, quer de normalização dessas formas de violência, o que se traduz num discurso público não consensual sobre este problema social.

A ambivalência temática nos artigos analisados destaca que tanto se discute a violência e o assédio sexual, como se descredibiliza o movimento e as vítimas. A legitimidade que é conferida a quem faz opinião acaba por gerar um poder de influenciar consciências que pode (ou não) levar à mudança social. Quem faz artigos de opinião tem inerente um estatuto e mérito reconhecidos que promovem determinadas atitudes e crenças, ora perpetuadoras de comportamentos normalizados de violência sexual e de gênero, ora possibilitando a valorização dos direitos humanos e o impulsionar de mudanças legais.

Este artigo não pretende generalizar os resultados às opiniões expressas nos diversos *media* tradicionais portugueses, mas revela consonância com outros trabalhos elaborados e referidos na revisão da literatura. Além disso, atendendo ao número de artigos encontrados nestes dois jornais generalistas e de abrangência nacional, permite perceber quais são as temáticas mais recorrentes relacionadas com o movimento e com expressão no espaço público, como se cruzam, de que forma são enquadradas e coexistem atendendo à complexidade do fenómeno. Permite, igualmente, compreender que quem faz opinião aproveita muitas vezes os espaços como uma forma de ativismo, quer no sentido de credibilizar o movimento, quer de o questionar, dando voz a discursos dominantes (nomeadamente os artigos citados de Henrique Raposo) e contra-discursos (por exemplo, Helena Tender), onde emergem vozes de mulheres: num total de 45 autores/as identificados, 25 são mulheres. Porém, a autoria, por gênero, revela uma predominância dos homens na escrita de artigos de opinião (60), o que comprova que estes continuam a permear os espaços de opinião, mesmo em temas como o assédio e a violência sexual. Ademais, apesar do número de artigos de opinião analisados, verifica-se ainda repetição de vozes. Com frequência, são as mesmas pessoas a escrever sobre as mesmas temáticas, sobretudo os homens, caso do já mencionado cronista Henrique Raposo que assina 23 artigos de opinião sobre o #MeToo, o que reforça a existência de perspetivas dominantes no jornalismo de opinião. Outro aspeto a realçar da análise temática, e que pretendemos explorar em futuros trabalhos, prende-se com um diferente posicionamento quando a autoria é de mulheres ou de homens, sendo que elas se mostram mais favoráveis e eles apresentam discursos mais ambíguos em relação ao movimento #MeToo.

Os resultados obtidos neste estudo demonstram a multiplicidade e complexidade dos feminismos na atualidade, num tempo marcado por avanços, mas também por retrocessos e discursos paradoxais. São várias as perguntas que ficam por responder, mas abrem possibilidades para outros trabalhos de pesquisa neste campo de investigação, mormente se forem utilizados como ponto de partida outros conteúdos jornalísticos. Os artigos analisados relacionados com este movimento vêm corroborar que pouco alteram a ordem social vigente com a sua opinião,

não traduzindo um pluralismo de vozes. Contudo, trazem para o espaço público temáticas que podem contribuir para alguma consciencialização social.

FINANCIAMIENTO

Este artículo fue desarrollado dentro del proyecto "FEMglocal - Movimientos feministas globales: interacciones y contradicciones" (PTDC/COM-CSS/4049/2021), financiado con fondos nacionales a través de FCT - Fundación para la Ciencia y la Tecnología, I.P.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alcoff, L. M. (2018). *Rape and Resistance*. John Wiley & Sons.
- Alczuk, M. ., Munaretto, M., & Consalter, Z. (2022). A revitimização midiática e o direito ao esquecimento como ferramenta de proteção das mulheres vítimas de violência de gênero (Mediatic revictimization and the right to be forgotten as a tool of protection for women who suffered gender violence). *Revista RIOS - Revista Científica Do Centro Universitário Do Rio São Francisco*, 17(33), 193–213. <https://www.publicacoes.unirios.edu.br/index.php/revistarios/article/view/9/9>
- Almeida, S. L. (2019). *O potencial comunicativo do movimento social do #metoo no jornalismo de referência português: Estudo de caso do jornal Público nos anos de 2017 e 2018* (The communicative potential of the #metoo social movement in Portuguese journalism of reference: A case study of Público newspaper in the years 2017 and 2018) (Master's dissertation, ISCTE – IUL). <http://hdl.handle.net/10071/19387>
- Armañanzas, E. & Noci, J. D. (1996). *Periodismo y argumentación: Géneros de opinión* (Journalism and argument: Opinion genres). Servicio Editorial Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea.
- Askanius, T. & Hartley, J. M. (2019). Framing Gender Justice. *Nordicom Review*, 40(2), 19–36. <https://doi.org/10.2478/nor-2019-0022>
- Baker, A. & Manchanda Rodrigues, U. (Eds.). (2022). *Reporting on Sexual Violence in the #MeToo Era*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003220411>
- Banet-Weiser, S. (2018). *Empowered. Popular Feminism and Popular Mmisogyny*. Duke University Press. <https://doi.org/10.1515/9781478002772>
- Berns, N. S. (2017). *Framing the Victim: Domestic Violence, Media, and Social Problems*. Routledge.
- Bizarro, C. (2021, May 26). A opinião pública e a denúncia (Public opinion and reporting). *Público*. <https://www.publico.pt/2021/05/26/p3/cronica/opiniao-publica-denuncia-1963994>
- Bourdieu, P. (2001). *Masculine Domination*. Stanford University Press.
- Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

- Burt, M. R. (1980). Cultural myths and support for rape. *Journal of Personality and Social Psychology*, 3(2), 217-230. <https://doi.org/10.1037//0022-3514.38.2.217>
- Cerqueira, C. (2015). As estratégias de comunicação das ONGs de cidadania, igualdade de género e/ou feministas: Interconexões entre media mainstream e media sociais (The communication strategies of citizenship NGOs, gender and/or feminist equality: Interconnections between mainstream media and social media). In G. Gonçalves & F. F. Lisboa (Eds.), *Novos media e novos públicos* (vol. III) (New media and new audiences) (pp. 45–62). Labcom.
- Cerqueira, C. & Silva, C. T. (2022). Challenges of the Intergenerational Feminist Movement(s): Some Reflections. In Q. Gao & J. Zhou (Eds.), *Human Aspects of IT for the Aged Population Design, Interaction and Technology* (pp.265-275). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-031-05581-2_20
- Chamberlain, P. (2017). *The Feminist Fourth Wave: Affective Temporality*. Palgrave Macmillan.
- Chattopadhyay, P. (2018, January 26). “It concerns me greatly”: Have #MeToo and modern feminism gone too far? *CBC Radio*. <https://www.cbc.ca/radio/outintheopen/that-f-word-1.4494880/it-concerns-me-greatly-have-metoo-and-modern-feminism-gone-too-far-1.4494938>
- Clark-Parsons, R. (2021). “I see you, I believe you, I stand with you”: #MeToo and the performance of networked feminist visibility. *Feminist Media Studies*, 21(3), 362–380. <https://doi.org/10.1080/14680777.2019.1628797>
- Código do Trabalho. (CT). Lei n.º.99 de 2003. 24.º. 27 de agosto de 2003 (Portugal).
- Código do Trabalho. (CT). Lei n.º.7 de 2009. 29.º. 12 de fevereiro de 2009 (Portugal).
- Cosme Pinto, P. (2019, April 2). Uma repórter ser beijada à força num direto televisivo é motivo para rir? (Is a reporter being kissed by force on live television a reason to laugh?). *Expresso*. https://expresso.pt/blogues/bloguet_lifestyle/Avidadesaltosaltos/2019-04-02-Uma-reporter-ser-beijada-a-forca-num-direto-televisivo-e-motivo-para-rir-
- Cosme Pinto, P. (2021, May 5). #MeToo. Queriam nomes? E agora, de que lado estão? (#MeToo. You wanted names? Now what, whose side are you on?). *Expresso*. https://expresso.pt/blogues/bloguet_lifestyle/Avidadesaltosaltos/2021-05-05-MeToo.-Queriam-nomes--E-agora-de-que-lado-estao--d92ac206
- Cott, N. F. (1987). *The grounding of modern feminism*. Yale University Press.
- De Benedictis, S., Orgad, S., & Rottenberg, C. (2019). #MeToo, popular feminism and the news: A content analysis of UK newspaper coverage. *European Journal of Cultural Studies*, 22(5–6), 718–738. <https://doi.org/10.1177/1367549419856831>
- Dietz, M. G. (2003). Current controversies in feminist theory. *Annual Review of Political Science*, 6, 399–431. <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.6.121901.085635>
- Evans, A. (2018). #MeToo: A Study on Sexual Assault as Reported in the New York Times. *Occam’s Razor*, 8(1), 10–17. <https://cedar.wvu.edu/orwwu/vol8/iss1/3>
- Figueiras, R. (2005, September 8-9). *Os comentadores na imprensa de referência portuguesa: 1980-1999* (Commentators in the Portuguese press of reference: 1980-1999) (Conference Presentation). NP02 Jornalismo do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, Rio de Janeiro, Brasil. <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/r1239-1.pdf>

- Fileborn, B. & Loney-Howes, R. (2019). Introduction: Mapping the Emergence of #MeToo. In B. Fileborn & R. Loney-Howes (Eds.), *#MeToo and the Politics of Social Change* (pp. 1-18). Springer Nature. https://doi.org/10.1007/978-3-030-15213-0_1
- Garraio, J., Santos, S. J., Amaral, I., & Carvalho, A. de S. (2020). The Unimaginable Rapist and the Backlash Against #MeToo in Portugal. *EuropeNow*. <https://www.europenowjournal.org/2020/03/09/the-unimaginable-rapist-and-the-backlash-against-metoo-in-portugal/>
- Gomis, L. (1991). *Teoría del periodismo: Cómo se forma el presente* (Journalism theory: How the present is shaped). Paidós Ibérica Ediciones S A.
- Gouveia, C. A. M. (2022, May 23). Assédio, poder e sistemas de oportunidade (Harassment, power and opportunity systems). *Público*. <https://www.publico.pt/2022/05/23/opiniao/opiniao/assedio-sistemas-oportunidade-2007200>
- Guest, G., MacQueen, K., & Namey, E. (2012). *Applied Thematic Analysis*. SAGE.
- Haraway, D. (1991). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, 14(3), 575-599. <https://doi.org/10.2307/3178066>
- Hillstrom, L. C. (2019). *The #Me Too Movement*. ABC-Clio.
- Kipnis, L. (2018, January 13). Has #MeToo gone too far, or not far enough? The answer is both. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/jan/13/has-me-too-catherine-deneuve-laura-kipnis>
- Kitzinger, J. (2000). Media templates: Patterns of association and the (re)construction of meaning over time. *Media, Culture & Society*, 22(1), 61-84. <https://doi.org/10.1177/016344300022001004>
- Kligler-Vilenchik, N., Tsfati, Y., & Meyers, O. (2014). Setting the collective memory agenda: Examining mainstream media influence on individuals' perceptions of the past. *Memory Studies*, 7(4), 484-499. <https://doi.org/10.1177/1750698014523443>
- Lindqvist, L. & Ganetz, H. (2020). Brave women sound the alarm - representations of men and women in the Swedish media coverage of #MeToo. *Journalistica*, 1(4), 14-46. <https://doi.org/10.7146/journalistica.v14i1.123510>
- Lloyd, M. & Ramon, S. (2017). Smoke and Mirrors: U.K. Newspaper Representations of Intimate Partner Domestic Violence. *Violence Against Women*, 23(1), 114-139. <https://doi.org/10.1177/1077801216634468>
- Loney-Howes, R. (2019). The Politics of the Personal: The Evolution of Anti-rape Activism from Second-Wave feminism to #MeToo. In B. Fileborn & R. Loney-Howes (Eds.), *#MeToo and the Politics of Social Change* (pp. 21-35). Palgrave Macmillan.
- Loney-Howes, R., Mendes, K., Fernández Romero, D., Fileborn, B., & Núñez Puente, S. (2021). Digital footprints of #MeToo. *Feminist Media Studies*, 22(6), 1345-1362. <https://doi.org/10.1080/14680777.2021.1886142>
- Luppi, B. (2021). *O Movimento #MeToo como estratégia de comunicação global de mulheres vítimas de assédio sexual* (The #MeToo movement as a global communication strategy for women victims of sexual harassment) (Master's Dissertation, UBI). <http://hdl.handle.net/10400.6/11961>
- Magalhães, V. (2021). O movimento #MeToo: Argumentação, enviesamento e negação polémica (The #MeToo movement: Argumentation, bias, and controversial denial). *Language and Law / Linguagem e Direito*, 8(2), 86-103. https://doi.org/10.21747/21833745/lanlaw8_2a5

- Marques, M. J. (2021, May 5). Curiosas (e sintomáticas) reações ao Me Too português (Curious (and symptomatic) reactions to the Portuguese Me Too). *Público*. <https://www.publico.pt/2021/05/05/opiniao/noticia/curiosas-sintomaticas-reacoes-too-portugues-1961195>
- Melo, J. M. (1985). *A opinião no jornalismo brasileiro* (Opinion in Brazilian journalism). Vozes.
- Mendes, K., Ringrose, J., & Keller, J. (2018). #MeToo and the promise and pitfalls of challenging rape culture through digital feminist activism. *European Journal of Women's Studies*, 25(2), 236–246. <https://doi.org/10.1177/1350506818765318>
- Meyers, M. (1996). *News Coverage of Violence Against Women: Engendering Blame*. SAGE.
- Munro, E. (2013). Feminism: A Fourth Wave? *Political Insight*, 4(2), 22–25. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/2041-9066.12021>
- Nilsson, B., & Lundgren, A. S. (2020). The #MeToo Movement: Men and Masculinity in Swedish News Media. *The Journal of Men's Studies*, 29(1), 8–25. <https://doi.org/10.1177/1060826520913613>
- Offen, K. (2008). Erupções e fluxos: Reflexões sobre a escrita de uma história comparada dos feminismos europeus, 1700-1950 (Eruptions and flows: Reflections on writing a comparative history of European feminisms, 1700-1950). In A. Cova (Dir.), *História Comparada das Mulheres* (Compared history of women) (pp. 29–45). Livros Horizonte.
- Oliveira, A. (2022). *Assédio: Aproximações sociojurídicas à sexualidade* (Harassment: Socio-juridical approaches to sexuality). Imprensa de História Contemporânea.
- Pacheco Pereira, J. (2019, April 6). Porque é que o #MeToo e suas variantes são reaccionários e puritanos (Why are #MeToo and its variants reactionary and puritanical). *Público*. <https://www.publico.pt/2019/04/06/mundo/opiniao/ruido-mundo-1868152>
- Pineda, A., Bellido-Pérez, E., & Sánchez-Gutiérrez, B. (2020). Expanding ideologies in the press: Feminist and LGBT-related issues in Spanish online-only opinion journalism. *Feminist Media Studies*, 22(1), 83–103. <https://doi.org/10.1080/14680777.2020.1808503>
- Prata, A. (2021). Caught in the wave. Sexual harassment, sexual violence, and the #MeToo movement in Portugal. *Kvinder, Køn & Forskning*, 29(1), 40–59. <https://doi.org/10.7146/kkf.v29i2.124895>
- Raposo, H. (2021, June 8). Porque é que os touros têm mais atenção do que as meninas que sofrem excisão genital? (Why do bulls get more attention than girls who undergo genital excision?). *Expresso*. <https://expresso.pt/opiniao/2021-06-08-Porque-e-que-os-touros-tem-mais-atencao-do-que-as-meninas-que-sofrem-excisao-genital--c5df7623>
- Romito, P. (2008). *A deafening silence: Hidden violence against women and children*. Policy Press. <https://doi.org/10.56687/9781847422880>
- Rodríguez, M. P., & Pérez Tirado, I. (2020). Resistències als avenços del feminisme en articles d'opinió en la premsa basca (Resistances to the advances of feminism in opinion articles of the Basque press). *Anàlisi: Quaderns de Comunicació i Cultura*, núm. extraordinari 2020, 85–98. <https://doi.org/10.5565/rev/analisi.3252>
- Royal, K. (2019). Journalist Guidelines and Media Reporting in the Wake of #MeToo. In B. Fileborn & R. Loney-Howes (Eds.), *#MeToo and the Politics of Social Change* (pp. 217–234). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-030-15213-0_14

- Seear, K. & Fraser, S. (2022). Making Australian institutions in newspaper coverage of the #MeToo movement: Exceptionalism, co-production and agency. *Feminist Media Studies*. <https://doi.org/10.1080/14680777.2021.2010788>
- Santos, S. J., Garraio, J., Carvalho, A. d. S., & Amaral, I. (2022). A space to resist rape myths? Journalism, patriarchy and sexual violence. *European Journal of Women's Studies*, 29(2), 289-315. <https://doi.org/10.1177/135050682111048465>
- Silveirinha, M. J., Simões, R. B., & Santos, T. (2020). Him too? Cristiano Ronaldo and the News Coverage of a Rape Case Allegation. *Journalism Practice*, 14(2), 208-224. <https://doi.org/10.1080/17512786.2019.1693279>
- Soucie, S. M. A., Parry, D. C., & Cousineau, L. S. (2018). The fourth wave: What #MeToo can teach us about millennial mobilization, intersectionality, and men's accountability. In D. Parry (Ed.), *Feminisms in Leisure Studies: Advancing a Fourth Wave* (pp. 149-164). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315108476>
- Starkey, J. C., Koerber, A., Sternadori, M., & Pitchford, B. (2019). #MeToo Goes Global: Media Framing of Silence Breakers in Four National Settings. *Journal of Communication Inquiry*, 43(4), 437-461. <https://doi.org/10.1177/0196859919865254>
- Sutherland, G., McCormack, A., Pirkis, J., Easteal, P., Holland, K., & Vaughan, C. (2015). Media representations of violence against women and their children: State of knowledge paper. *ANROWS Landscapes*, (15). <https://apo.org.au/node/58986>
- Sweeny, J. (2020). The #MeToo Movement in Comparative Perspective. *American University Journal of Gender, Social Policy & The Law*, 29(1), 33-78. <https://digitalcommons.wcl.american.edu/jgspl/vol29/iss1/2/>
- Tabada, M. T. A. Q. (2022). "Gendered space": A study of newspaper opinion journalism as emergent and oppositional to the dominant culture in journalism. *Plaridel*, 19(1), 27-53. <https://doi.org/10.52518/2022.19.1-01tbada>
- Tavares, M. (2011). *Feminismos: percursos e desafios (1947-2007)* (Feminisms: Paths and challenges (1947-2007)). Texto.
- Tender, H. (2018, September 28). O mito das falsas denúncias de crimes sexuais (The myth of false reporting of sexual crimes). *Público*. <https://www.publico.pt/2018/09/28/p3/cronica/o-mito-das-falsas-denuncias-de-crimes-sexuais-1845519>
- Torres, A., Costa, D., Sant'Ana, H., Coelho, B., & Sousa, I (2016). *Assédio sexual e moral no local de trabalho* (Sexual and moral harassment in the workplace). CITE.
- Varela, R. & Lopes, T. R. (2018, October 9). Luta de sexos, o novo feminismo (Battle of the sexes, the new feminism). *Público*. <https://www.publico.pt/2018/10/09/sociedade/opiniao/luta-de-sexos-o-novo-feminismo-1846558>
- Vargas, N. A. (1999). *Periodismo de opinión: Claves de la retórica periodística* (Opinion journalism: keys to journalistic rhetoric). Editorial Síntesis.
- Van Bauwel, S. & Krijnen, T. (2021). Contemporary Research on Gender and Media: It's All Political. *Media and Communication*, 9(2), 1-4. <https://doi.org/10.17645/mac.v9i2.3997>
- Wahl-jorgensen, K. (2004). Playground of the pundits or voice of the people? Comparing British and Danish opinion pages. *Journalism Studies*, 5(1), 59-70. <https://doi.org/10.1080/1461670032000174747>

Zippel, K. S. (2006). *The Politics of Sexual Harassment: A Comparative Study of the United States, the European Union, and Germany*. Cambridge University Press.

SOBRE AUTORES

CARLA CERQUEIRA, doctora en Ciencias de la Comunicación por la Universidad do Minho (2012), es profesora asociada en la Universidad Lusófona e investigadora en CICANT. Investiga sobre género, feminismos, activismos, interseccionalidad, medios y comunicación. Ha publicado en revistas y libros nacionales e internacionales, participado en congresos y proyectos de investigación y acción. Actualmente es investigadora principal de los proyectos FEMglocal - Movimientos feministas glociales: interacciones y contradicciones (PTDC/COM-CSS/4049/2021) y Voces en Red (COFAC/ILIND/CICANT/1/2021).

 <https://orcid.org/0000-0001-6767-3793>

CÉLIA TABORDA SILVA, doctora en Historia Contemporánea por la Facultad de Letras de la Universidad de Porto. Es profesora asociada de la Universidad Lusófona e investigadora del CICANT. Investiga sobre historia contemporánea, movimientos sociales y feminismos. Autora de libros, capítulos de libros y varios artículos en revistas nacionales e internacionales, ha participado en diversas conferencias e integrado la organización de eventos. Actualmente es coinvestigadora principal (Co-PI) del proyecto FEMglocal - Movimientos feministas glociales: interacciones y contradicciones (PTDC/COM-CSS/4049/2021).

 <https://orcid.org/0000-0002-2547-2480>

ANA SOFIA PEREIRA, becaria postdoctoral en el proyecto FEMglocal - Movimientos feministas glociales: interacciones y contradicciones (PTDC/COM-CSS/4049/2021), es doctora en Ciencias de la Comunicación (especialización en Cine, Guion) por la Universidad Nova de Lisboa, con estancia en Universidad de Reading (2020). Es profesora de enseñanza superior, investigadora integrada en CICANT, guionista y script doctor, obtuvo el apoyo del ICA en 2020 y en 2022. Investiga sobre estudios de género, cine, comunicación digital e inclusión.

 <https://orcid.org/0000-0003-1829-0205>